



Diário n. 2472 de 1º de outubro de 2019

CADERNO 1 - ADMINISTRATIVO > MINISTÉRIO PÚBLICO > PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > SECRETARIA GERAL

EDITAL Nº 243/2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do § 2º, do art. 46, do Regulamento do Concurso, aprovado pela Resolução nº 142/2019, do Conselho Superior do Ministério Público, torna público os **Pontos da Prova Oral**.

1. PONTO

- A) Justiça Eleitoral: Órgãos, Composição e Competência. O Ministério Público Eleitoral: atribuições e funções.
- B) Função administrativa. Administração pública: sentido objetivo e subjetivo. O regime jurídico-administrativo.
- C) Teoria dos direitos fundamentais.
- D) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Interpretação e integração da norma jurídica. A analogia, costumes, jurisprudência, princípios gerais de direito, equidade. Lei. Classificação e hierarquia. Eficácia no tempo: vigência, revogação, repristinação e retroatividade. Conflito das normas jurídicas no tempo. Lei. Eficácia no espaço: territorialidade e extraterritorialidade. Noções gerais de Direito Internacional Privado. Conflito das normas jurídicas no espaço. Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada. Teoria Geral do Direito Civil. Direitos de personalidade. Noções gerais. Características. Direitos da Personalidade X liberdade de imprensa e de expressão. Hate speech. e Responsabilidade civil. Atos ilícitos. Responsabilidade subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano. Perda de uma chance e outros tipos de danos. O dano coletivo, moral e material. O dano coletivo, moral e material. Direitos reais. Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. A função social da posse e os seus efeitos. Propriedade. Conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. A função social da propriedade. A desapropriação judicial indireta. Usucapião. Conceito. Natureza. Extensão e espécies. Usucapião e prescrição. Espécies de usucapião. Usucapião conjugal (abandono de lar). Condomínio. Noções gerais. Condomínio edilício e condomínio geral. Usufruto. Uso. Habitação. Superfície. Servidão. Hipotec. Alienação Fiduciária em garantia. Direitos de vizinhança.
- E) Jurisdição. Conceito. Características. Princípios. Das normas fundamentais do Processo Civil e da aplicação das normas processuais no tempo e espaço. Jurisdição contenciosa e voluntária. Dos limites jurisdição nacional e da Cooperação Internacional.
- F) Direito Penal. Conceito. Princípios. Função. Limites e características. Direito Penal fundamental. Direito Penal comum e especial. Fontes e interpretação da norma penal. Política criminal.
- G) Processo em Geral – Direito Processual Penal: conceito e características. Princípios do Processo Penal. Fontes do Processo Penal. Aplicação do Direito Processual Penal: lei processual no tempo e espaço. Imunidades e Prerrogativas de Função. Interpretação da lei processual penal. Processo Penal e Constituição Federal de 1988.
- H) Lei nº 7.347/85.
- I) Normas de Proteção aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes na Constituição Federal.

2. PONTO

- A) Partidos Políticos.
- B) Princípios constitucionais da administração pública (expressos e implícitos).
- C) Efeitos vinculantes e efeito horizontal dos direitos fundamentais. Sujeitos passivos das normas de direito fundamental. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais. Limites dos direitos fundamentais e colisões. O critério da proporcionalidade. Elementos constitutivos da proporcionalidade.
- D) Direito ao esquecimento. Direitos da personalidade e biografias não autorizadas. Classificação. Tutela jurídica. Lesados indiretos. Direitos da personalidade e pessoa jurídica. O nome civil, a imagem, a privacidade e a honra. Integridade física. Proteção do corpo vivo e do corpo morto. Diretivas antecipadas (testamento vital). Transplantes. Pessoa natural. Noções gerais. Incapacidade absoluta e relativa. Restrições e limitações de direito. A interdição. A morte. Morte natural, comoriência e morte presumida, com e sem declaração de ausência. Diretivas antecipadas da pessoa natural. Pessoa jurídica: classificação. Responsabilidade civil e penal da pessoa jurídica. As empresas individuais de responsabilidade limitada. Desconsideração da personalidade jurídica. Teoria da aparência e pessoa jurídica. Fundações. Requisitos. Constituição. Insuficiência de bens. Direitos da Personalidade X liberdade de imprensa e de expressão. Hate speech. Direito ao esquecimento. Direitos da personalidade e biografias não autorizadas. Classificação. Tutela jurídica. Lesados indiretos. Direitos da personalidade e pessoa jurídica. O nome civil, a imagem, a privacidade e a honra. Integridade física. Proteção do corpo vivo e do corpo morto. Diretivas antecipadas (testamento vital). Transplantes.
- E) Princiologia do Código de Processo Civil. Meios alternativos de pacificação social. Conciliação. Mediação. Negociação e resolução dos litígios individuais e coletivos.
- F) Garantias penais fundamentais da Constituição Federal.
- G) Direito Processual Penal: Persecução Penal – Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Civil. Ação Penal Originária. Sujeitos Processuais. Atos Processuais. Forma, tempo e lugar. Validade, invalidade e convalidação dos atos processuais. Prazo no processo, contagem e preclusão.
- H) Termo de Ajustamento de Conduta: Ajustamento de Conduta, Natureza Jurídica, Requisitos, Legitimados, Efeitos, Vedações, Execução. Ação Civil Pública.
- I) Lei nº 8.069/1990 e alterações posteriores (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3. PONTO

- A) Condições de Elegibilidade.
- B) Poderes da administração pública: hierárquico, disciplinar, de delegar e avocar competência, de polícia e normativo.
- C) Controle de constitucionalidade: sistemas, órgãos e processos. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Arguição incidental da inconstitucionalidade. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (Lei nº 9.882/99), Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade (Lei nº 9.868/99).
- D) Fundações. Requisitos. Constituição. Insuficiência de bens. Fiscalização. Alteração dos estatutos. Extinção das fundações e destino dos bens. Atuação do Ministério Público. As associações. Domicílio civil. Espécies. Pluralidade. Domicílio da pessoa jurídica. Domicílio de eleição. Bens. Classificação geral dos bens. Bem de família. Bem de família da pessoa sozinha. Direitos de personalidade. Noções gerais. Características. Direitos da Personalidade X liberdade de imprensa e de expressão. Hate speech. Direito ao esquecimento. Direitos da personalidade e biografias não autorizadas. Classificação. Tutela jurídica. Lesados indiretos. Direitos da personalidade e pessoa jurídica. O nome civil, a imagem, a privacidade e a honra. Decadência. Prescrição. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos. Direito Obrigacional, contratual (contratos em espécie) e Responsabilidade civil. Atos ilícitos. Responsabilidade subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano. Perda de uma chance e outros tipos de danos. O dano coletivo, moral e material.

- E) Competência interna: critérios determinativos. Competência absoluta e relativa. Incompetência. Modificação da competência. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores.
- F) Princípio da reserva legal. Antecedentes históricos. Fundamento jurídico e alcance do princípio.
- G) Jurisdição e Competência dos órgãos Jurisdicionais. Conflito de competência.
- H) Inquérito Civil: instauração, instrução, arquivamento e homologação, controle de legalidade e nulidades, procedimentos análogos. Resoluções nº 23/07, 164/17, 174/17 e 179/17, do Conselho Nacional do Ministério Público.
- I) Princípios e Direitos Fundamentais.

4. PONTO

- A) Inelegibilidades.
- B) Ato administrativo. Caracterização. Conceitos. Elementos e pressupostos. Atributos. Classificação. Atos administrativos em espécie. Vinculação e discricionariedade administrativa. Revogação. Invalidação. Convalidação.
- C) A imprensa na Constituição. Liberdades públicas, acesso à informação e pluralismo.
- D) Direitos de personalidade. Noções gerais. Características. Direitos da Personalidade X liberdade de imprensa e de expressão. Hate speech. Direito ao esquecimento. Direitos da personalidade e biografias não autorizadas. Classificação. Tutela jurídica. Lesados indiretos. Direitos da personalidade e pessoa jurídica. O nome civil, a imagem, a privacidade e a honra. Integridade física. Proteção do corpo vivo e do corpo morto. Diretivas antecipadas (testamento vital). Transplantes. Pessoa natural. Noções gerais. Incapacidade absoluta e relativa. Restrições e limitações de direito. A interdição. A morte. Morte natural, comoriência e morte presumida, com e sem declaração de ausência. Diretivas antecipadas da pessoa natural. Pessoa jurídica: classificação. Responsabilidade civil e penal da pessoa jurídica. As empresas individuais de responsabilidade limitada. Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. A simulação. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação.
- E) Ministério Público. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Poderes Investigativos. Responsabilidades. Impedimentos e suspeição. Regime processual.
- F) Teoria do crime. Conceito de crime. Características.
- G) Sentença penal. Recursos no processo penal. Teoria geral dos Recursos Especiais de Recursos. A lei n.º 10.826/03.
- H) Lei nº 6.938/81. Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente) e Avaliação de Impacto Ambiental. Zoneamento Ambiental
- I) Convivência familiar e comunitária, família natural e substituta, guarda, tutela, adoção. Lei nº 12.318/2010 (Lei de Alienação Parental).

5. PONTO

- A) Registro de candidaturas.
- B) Responsabilidade extracontratual do Estado por ação ou omissão. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais. Caracterização do dano indenizável. Reparação do dano. Ação regressiva.
- C) A Segurança Pública na Constituição. O papel das instituições policiais.
- D) Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. A simulação. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação. Conversão substancial do negócio jurídico. Redução parcial. Decadência. Prescrição. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos. Direito Obrigacional, contratual (contratos em espécie) e Responsabilidade civil. Atos ilícitos. Responsabilidade subjetiva, objetiva, contratual e

extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano. Perda de uma chance e outros tipos de danos. O dano coletivo, moral e material.

- E) Ação. Direito de ação. Teorias do direito de defesa. Exceções e objeções materiais e processuais. Juiz. Pronunciamentos do juiz.
- F) Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão. Imputabilidade diminuída. Imputação objetiva. Embriaguez. *Actio libera in causa*. Emoção e paixão.
- G) Prova em Processo Penal. Teoria Geral da prova, princípios aplicáveis e espécies de prova.
- H) Dano Ambiental. Responsabilidade pelo dano ambiental. Responsabilidade: civil, administrativa e penal.
- I) Procedimentos: Perda e Suspensão do Pátrio Poder, Destituição da Tutela, Colocação em família substituta, Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente, Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento, Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente.

6. PONTO

- A) Propaganda partidária e propaganda eleitoral.
- B) Licitações públicas. Conceito. Princípios. Competência para legislar. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, leilão, concurso e pregão. Procedimentos. Recursos administrativos. Das peculiaridades da licitação na Lei do Estado da Bahia (Lei nº 9.433/05). Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Lei nº 8.666/93. Lei nº 10.520/02. Regime Diferenciado de Contratações – RDC.
- C) Hermenêutica Constitucional.
- D) O abuso do direito. Fundamentos. Figuras parceiras da boa-fé objetiva: *venire contra factum proprium*, *supressio/surrectio*, *tu quoque*, *substancial performance*, *duty to mitigate the own loss* e violação positiva de contrato. A teoria geral dos contratos. Princípios fundamentais. Formação. Extinção. Revisão judicial. Intervenção de terceiros nos contratos. Direitos reais. Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. A função social da posse e os seus efeitos. Propriedade. Conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. A função social da propriedade. A desapropriação judicial indireta. Usucapião. Conceito. Natureza. Extensão e espécies. Usucapião e prescrição. Espécies de usucapião. Usucapião conjugal (abandono de lar). Condomínio. Noções gerais. Condomínio edilício e condomínio geral. Usufruto. Uso. Habitação. Superfície. Servidão. Hipoteca. Alienação Fiduciária em garantia. Direitos de vizinhança.
- E) Processo. Atos processuais. Pronunciamentos do juiz. Forma, tempo e lugar. Atos das partes. Prazos. Penalidades e preclusões. Comunicação dos atos processuais.
- F) Concurso de pessoas. Concurso necessário e concurso eventual. Autoria e participação. Autoria mediata e autoria colateral. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Natureza jurídica do concurso e da participação. Participação através de ação neutra. Da cooperação dolosamente distinta. Punibilidade.
- G) Nulidade no processo penal. Conceito, classificação, principais e elenco das nulidades. Das citações e intimações.
- H) Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Decreto nº 7.404/2010). Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei estadual nº 12.932/2014).
- I) Inimputabilidade Penal, Prática de Ato Infracional, Conceito de Ato Infracional, Direitos Individuais e Garantias Processuais dos Adolescentes, Medidas Sócio-Educativas, Remissão, Representação, Ação Sócio-Educativa.

7. PONTO

- A) Abuso de poder político e abuso de poder econômico.
- B) Contratos administrativos. Teorias explicativas da sua natureza jurídica. Contratos administrativos e contratos da administração. Características do contrato administrativo. Das cláusulas exorbitantes. Extinção. Espécies: contrato de obra pública e prestação de serviços; contratos de fornecimento; alienações e locações. Dos convênios.
- C) A Ordem Econômica na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- D) Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos. Alimentos. Tutela e curatela. Direito das Sucessões. Sucessão. Disposições gerais. Herança. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Incapacidade sucessória. Indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão do descendente e do ascendente. A sucessão do cônjuge e do companheiro na legislação e na jurisprudência superior. Sucessão do colateral. Sucessão testamentária. Testamento. Formas ordinárias. Capacidade para testar. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Inventários, arrolamento e partilha. Sonegados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha. Inventário extrajudicial. Lei de Registros Públicos (Lei nº. 6.015/73).
- E) Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais. Penalidades e preclusões. Invalidades processuais.
- F) Teoria da pena. Espécies. Fundamentos, fins e conceito da pena. Classificação das penas. Penas privativas de liberdade e restritivas de direito. Pena de multa. Regimes. Detração penal. Medidas de segurança.
- G) Procedimentos comuns e especiais previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes.
- H) Princípios de Direito Ambiental.
- I) Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.

8. PONTO

- A) Recursos em matéria de Processo Eleitoral.
- B) Serviços públicos. Conceito. Princípios. Características. Da crise do serviço público. Remuneração.
- C) Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Classificação das normas constitucionais.
- D) Registro de imóveis. Noções gerais. Registros. Presunção de fé pública. Prioridade. Especialidade. Legalidade. Continuidade. Transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida. Registro Civil das Pessoas Naturais. Retificação, anulação, suprimento e restauração do registro civil. Lei de registros públicos. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e Documentos. Finalidade. Registros facultativos e obrigatórios. 8. Recuperação de empresas e falência. Abrangência da Lei nº 11.101/05. Modalidades de recuperação. Processo e procedimentos. Disposições comuns à recuperação e à falência. Verificação e habilitação dos créditos concursais. Intervenção do Ministério Público segundo a Lei nº 11.101/05 e o Código de Processo Civil. Decretação e convolação da recuperação em falência. Recursos. 8.5 Outras fases do procedimento falencial: administração, integração, depuração e realização do ativo (arrecadação, ação revocatória, pedidos de restituição, embargos de terceiro, liquidação e encerramento). Fase pré-falencial (extinção das obrigações). Disposições penais e respectivos procedimentos da Lei nº 11.101/05.
- E) Tutela jurisdicional. Formas de tutela. Classificações. Tutela provisória. A urgência e a evidência. Tutela definitiva.
- F) Aplicação da pena. Técnica de fixação da sanção penal. Circunstâncias judiciais. Conceito e classificação. Sursis.
- G) Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Violência doméstica (Lei nº 11.340/06).
- H) Política de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 10.431/06)
- I) Política de Atendimento: Linhas de Ação e Diretrizes, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Fundos, Entidades de Atendimento.

9. PONTO

- A) Crimes eleitorais
- B) Do contrato de concessão de serviços públicos. Conceito. Características. Da licitação e contrato. Permissão e autorização de serviço público.
- C) Segurança jurídica.

- D) Direitos reais. Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. A função social da posse e os seus efeitos. Propriedade. Conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. A função social da propriedade. A desapropriação judicial indireta. Usucapião. Conceito. Natureza. Extensão e espécies. Usucapião e prescrição. Espécies de usucapião. Usucapião conjugal (abandono de lar). Condomínio. Noções gerais. Condomínio edilício e condomínio geral. Usufruto. Uso. Habitação. Superfície. Servidão. Hipoteca. Alienação Fiduciária em garantia. Direitos de vizinhança. Direito de Família. Princípios constitucionais do Direito de Família. Famílias simultâneas, famílias reconstituídas, famílias monoparentais. Família homoafetiva. Responsabilidade civil no Direito de Família. Casamento. Nulidades. Impedimentos. Efeitos jurídicos. Causas suspensivas. Efeitos jurídicos. Regimes de bens. União estável. Uniões de pessoas do mesmo sexo. Outros modelos familiares. O concubinato: disciplina legal, jurisprudencial e doutrinária. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Formas e consequências. Proteção da pessoa dos filhos. Dissolução do casamento em juízo e em cartório.
- E) Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa. Reconhecimento e extinção de união estável. Alimentos. Jurisdição voluntária. Alteração do regime de bens do matrimônio.
- F) Concurso de crimes. Concurso material, concurso formal e crime continuado.
- G) Das questões e processos incidentes.
- H) Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97.
- I) Justiça da Infância e Juventude, Autoridade Judiciária e sua Competência, Serviços Auxiliares.

10. PONTO

- A) Processo Penal Eleitoral. Peculiaridades.
- B) Restrições administrativas à propriedade privada. Fundamento. Modalidades: limitações administrativas, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa, desapropriação.
- C) Mandado de segurança, Habeas Corpus, Habeas Data e mandado de injunção.
- D) Direitos reais. Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. A função social da posse e os seus efeitos. Propriedade. Conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. A função social da propriedade. A desapropriação judicial indireta. Usucapião. Conceito. Natureza. Extensão e espécies. Usucapião e prescrição. Espécies de usucapião. Usucapião conjugal (abandono de lar). Condomínio. Noções gerais. Condomínio edilício e condomínio geral. Usufruto. Uso. Habitação. Superfície. Servidão. Hipoteca. Alienação Fiduciária em garantia. Direitos de vizinhança. Sucessão. Disposições gerais. Herança. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Incapacidade sucessória. Indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão do descendente e do ascendente. A sucessão do cônjuge e do companheiro na legislação e na jurisprudência superior. Sucessão do colateral. Sucessão testamentária. Testamento. Formas ordinárias. Capacidade para testar. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Inventários, arrolamento e partilha. Sonegados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha. Inventário extrajudicial. Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73).
- E) Responsabilidade por dano processual. Sucessão. Substituição e representação. Capacidade processual. *Amicus curie*, outras intervenções. Atos processuais. Forma tempo e lugar. Atos das partes.
- F) Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade. Escusas absolutórias.
- G) Repressão dos Crimes Hediondos e assemelhados (Lei nº 8.072/90). Lei de Proteção à testemunha (Lei nº 9.807/99).
- H) Principiologia do Código de Defesa do Consumidor.
- I) Lei nº 13.146/2015 e alterações posteriores (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

11. PONTO

- A) Instrumentos processuais eleitorais, com natureza de ações constitucionais

- B) Bens públicos: conceito, regime jurídico, classificação, aquisição, alienação e uso de bens públicos.
- C) Tribunais de Contas Estadual e Municipal.
- D) Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. A simulação. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos. Alimentos. Tutela e curatela. Direito das Sucessões. Sucessão. Disposições gerais. Herança. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Incapacidade sucessória. Indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão do descendente e do ascendente. A sucessão do cônjuge e do companheiro na legislação e na jurisprudência superior. Sucessão do colateral. Sucessão testamentária. Testamento. Formas ordinárias. Capacidade para testar. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Inventários, arrolamento e partilha. Sonegados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha. Inventário extrajudicial. Lei de Registros Públicos (Lei nº. 6.015/73).
- E) Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição. Valor da causa. Cumulação de pedidos. Inicial: deferimento, indeferimento e emenda. Contestação e reconvenção, providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo, saneamento e organização do processo.
- F) Prescrição. Espécies. Prazos. Características.
- G) Agravo de Execução. Ações Autônomas de Indignação. Revisão Criminal.
- H) Práticas Comerciais. Oferta. Publicidade. Práticas Abusivas. Cobrança de Dívidas. Bancos de dados e cadastro de consumidores.
- I) Lei nº 10.741/2003 e alterações posteriores (Estatuto do Idoso).

12. PONTO

- A) Da Ação de Impugnação ao Pedido de Registro de Candidaturas – AIRC
- B) Administração direta e indireta. Desconcentração e descentralização administrativa. Órgãos públicos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Administração indireta. Abrangência: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Agências executivas e agências reguladoras. Contrato de gestão. Consórcios públicos.
- C) Omissão legislativa inconstitucional.
- D) Decadência. Prescrição. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos. Direito Obrigacional, contratual (contratos em espécie) e Responsabilidade civil. Atos ilícitos. Responsabilidade subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano. Perda de uma chance e outros tipos de danos. O dano coletivo, moral e material. Direitos reais. Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. A função social da posse e os seus efeitos. Propriedade. Conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. A função social da propriedade. A desapropriação judicial indireta. Usucapião. Conceito. Natureza. Extensão e espécies. Usucapião e prescrição. Espécies de usucapião. Usucapião conjugal (abandono de lar). Condomínio. Noções gerais. Condomínio edilício e condomínio geral. Usufruto. Uso. Habitação. Superfície. Servidão. Hipoteca. Alienação Fiduciária em garantia. Direitos de vizinhança.
- E) Formação. Suspensão e extinção do processo. Sentença. Coisa julgada.
- F) Crimes contra a pessoa.
- G) Processo Penal Cautelar. Medidas assecuratórias. A quebra de sigilo bancário e fiscal. Interceptação telefônica. Cooperação Judiciária. Compartilhamento de Provas.
- H) Defesa do Consumidor em Juízo. Defesa Coletiva. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimação. Competência. Litispendência. Coisa julgada. Execução. Tutela individual do consumidor.
- I) Convenções Internacionais e Disposições Constitucionais.

13. PONTO

- A) Da Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE.
- B) Função pública. Regime dos servidores públicos na constituição e na legislação estadual. Agentes políticos, servidores públicos e particulares em atuação colaboradora. Cargo, emprego e função. Servidores temporários. Concurso Público. Exigências para a criação de cargos em comissão. Direitos e deveres dos agentes públicos. Remuneração e subsídio. Teto e subteto de retribuição. Responsabilidades administrativa, civil e penal. Regime de aposentadoria e pensão.
- C) Regime constitucional da Educação e cultura.
- D) Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. A simulação. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação. Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos. Alimentos. Tutela e curatela. Direito das Sucessões. Sucessão. Disposições gerais. Herança. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Incapacidade sucessória. Indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão do descendente e do ascendente. A sucessão do cônjuge e do companheiro na legislação e na jurisprudência superior. Sucessão do colateral. Sucessão testamentária. Testamento. Formas ordinárias. Capacidade para testar. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Inventários, arrolamento e partilha. Sonogados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha. Inventário extrajudicial. Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73).
- E) Recursos: disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno. Embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Recurso Ordinário Constitucional. Recurso Extraordinário. Recurso Especial: noções gerais e hipóteses de cabimento. Julgamento dos recursos repetitivos.
- F) Crimes contra o patrimônio.
- G) Sentença. Despacho. Decisão Interlocutória. Coisa Julgada.
- H) Responsabilidade Civil nas relações de Consumo: fato e vício do produto e do serviço.
- I) Ações afirmativas.

14. PONTO

- A) Da representação por captação ilícita de sufrágio e por condutas vedadas a agentes públicos.
- B) Enriquecimento ilícito de agentes públicos. Lei Federal nº 8.429/92. O Ministério Público na fiscalização da probidade administrativa. Responsabilização objetiva civil e administrativa da pessoa jurídica (Lei nº 12.846/13).
- C) Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais.
- D) Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. A simulação. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação. Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos. Alimentos. Tutela e curatela. Sucessão. Disposições gerais. Herança. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Incapacidade sucessória. Indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão do descendente e do ascendente. A sucessão do cônjuge e do companheiro na legislação e na jurisprudência superior. Sucessão do colateral. Sucessão testamentária. Testamento. Formas ordinárias. Capacidade para testar. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Inventários, arrolamento e partilha. Sonogados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha. Inventário extrajudicial. Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73).

- E) Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites do efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação. Ação Civil Pública. Ação Popular.
- F) Crimes contra a administração pública.
- G) Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).
- H) Evolução da teoria contratual. Teoria da Imprevisão. Revisão de Cláusulas contratuais.
- I) Lei nº 12.288/2010 e alterações posteriores (Estatuto da Igualdade Racial).

15. PONTO

- A) Da Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo e do Recurso Contra a Expedição de Diploma – AIME e RCED.
- B) Controle da administração pública. Controle administrativo. Conceito. Meios de controle. Recursos administrativos. Características. Controle legislativo. Controle político e controle financeiro. Controle judicial. Sistemas de controle. Limites. Privilégios da Administração Pública em juízo. Prescrição e decadência no direito administrativo. Controle social sobre a administração pública. Garantias dos administrados. Lei Complementar nº 131/09. Lei nº 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação.
- C) Funções essenciais à administração da justiça.
- D) Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. A simulação. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Registro Civil das Pessoas Naturais. Retificação, anulação, suprimento e restauração do registro civil. Lei de registros públicos. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e Documentos. Finalidade. Registros facultativos e obrigatórios. Direitos da Personalidade X liberdade de imprensa e de expressão. Hate speech. Direito ao esquecimento. Direitos da personalidade e biografias não autorizadas. Classificação. Tutela jurídica. Lesados indiretos. Direitos da personalidade e pessoa jurídica. O nome civil, a imagem, a privacidade e a honra. Integridade física. Proteção do corpo vivo e do corpo morto. Diretivas antecipadas (testamento vital). Transplantes. Recuperação de empresas e falência. 8.1 Abrangência da Lei nº 11.101/05. Modalidades de recuperação. Processo e procedimentos. 8. Disposições comuns à recuperação e à falência. Verificação e habilitação dos créditos concursais. 8.3 Intervenção do Ministério Público segundo a Lei nº 11.101/05 e o Código de Processo Civil. 8.4 Decretação e convolação da recuperação em falência. Recursos. 8.5 Outras fases do procedimento falencial: administração, integração, depuração e realização do ativo (arrecadação, ação revocatória, pedidos de restituição, embargos de terceiro, liquidação e encerramento). Fase pré-falencial (extinção das obrigações). 8.6 Disposições penais e respectivos procedimentos da Lei nº 11.101/05.
- E) Testamentos e codicilos. Interdição. Tutela e curatela e estatuto da pessoa com deficiência. Organização e fiscalização das fundações. Cumprimento provisório e definitivo da sentença. Processo de execução. Responsabilidade patrimonial. Fraudes.
- F) Execução Penal: remição de pena, progressão de regime de cumprimento de pena, prisão domiciliar, regressão de regime de cumprimento de pena, saída temporária, saída especial, trabalho externo, livramento condicional, indulto, comutação de pena, reabilitação.
- G) Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia (Lei Complementar nº 11/1996). Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993).
- H) Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)
- I) Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

Salvador, 30 de setembro de 2019.

CLEONICE DE SOUZA LIMA
Procuradora de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso